

Uma mercadoria indígena e seus paradoxos: a folha de coca em tempos de globalização¹

*Silvia Rivera Cusicanqui**

Resumo: O processo de mobilização social iniciado na década de 2000 teve como protagonistas diversos setores do campesinato indígena. Esse processo culminou na eleição do cocaleiro aimará Evo Morales, que se tornou o primeiro presidente indígena da América. Findou-se, assim, um ciclo de mais de vinte anos de pactos parlamentares não transparentes e partilhas do aparelho estatal entre os partidos crioulos da vertente neoliberal e populista. Contudo, os interesses imperialistas, que envolvem corporações farmacêuticas e de multinacionais, conseguiram montar aparato de repressão contra a folha de coca, sob o argumento abstrato e hipócrita de defesa da saúde pública dos países consumidores. No outro extremo, os

¹ Tradução do original intitulada *Una mercancía indígena y sus paradojas: la hoja de coca en tiempos de globalización*, publicado no livro *Los Andes en movimiento: identidad y poder en el nuevo paisaje político*, editado por Pablo Ospina, Olaf Kaltmeier e Christian Büschges, no ano de 2009, na cidade de Quito, pelas Universidad Andina Simón Bolívar, Corporación Editora Nacional e Universidad de Bielefeld. Seu resumo foi especialmente feito pela autora para a *Meritum*.

* Socióloga e ativista boliviana, de ascendência aymara, vinculada ao movimento indígena katarista e ao movimento cocaleiro. Docente emérita da Universidad Mayor de San Andrés, de La Paz, no departamento de sociologia. Docente do Programa Andino de Derechos Humanos (PADH), da Universidad Andina Simón Bolívar, sede Equador. Fundadora em 1983 do Taller de Historia Oral Andina. Autora de vários livros, vídeos e filmes. E-mail: yatichiritwa@yahoo.com.

produtores de coca resistem a essa guerra desigual. Os cocaleiros e os distribuidores e consumidores são atores e protagonistas da modernidade indígena boliviana, assentada em mercado interno de longa data como cenário de processos de empoderamento, iniciativa histórico-cultural e descolonização. Como a maioria da população faz parte desse mercado, a resistência não se limita à luta contra a erradicação das zonas produtoras; também é preciso enfrentar os controles e proibições que pesam sobre o mercado e o estigma que se associa ao consumo da folha. O peso dessas disputas delimita cenário de conflito para o atual governo, e é necessário compreendê-las em toda a sua profundidade histórica, o que é o objetivo com este estudo.

Palavras-chave: Mobilização social na Bolívia. Campesinato indígena. Folha da coca. Descolonização.

1 INTRODUÇÃO

Em outubro de 2003, uma turbulenta revolta indígena e popular derrubou o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, depois de um massacre que tirou a vida de 67 pessoas na cidade de El Alto e nas províncias de La Paz. A chamada “guerra do gás” foi um dos marcos culminantes de um processo de mobilizações populares que teve início em 2000, com a “guerra da água”, ocorrida entre os meses de fevereiro a abril na cidade de Cochabamba, e com a agenda indígena e cocaleira (*i.e.*, dos produtores de coca), estabelecida nos meses de setembro e outubro nas regiões do Altiplano (oeste) e de Yungas (centro-sudeste) e na província rural de Chapare².

² Cf. a respeito: MAMANI RAMÍREZ, P. *El rugir de las multitudes: la fuerza de los levantamientos indígenas en Bolivia-Qullasuyu*. La Paz: Aruwiyiri-Yachaywasi, 2004; e GÓMEZ, L. *El Alto de pie: una insurrección aymara en Bolivia*. La Paz: H de P, Comuna e Indymedia, 2004.

As diversas reivindicações manifestadas nessas mobilizações convergiram em alguns pontos-chave: defesa ou recuperação dos recursos naturais ameaçados ou alienados ante a onda privatizadora da década de 1990; democratização das estruturas políticas, excludentes e racistas, herdadas do período colonial; e soberania estatal em matéria de políticas públicas, incluindo a política da coca. A magnitude das demandas acumuladas em duas décadas de frustrantes reformas neoliberais se traduziu no que se passou a denominar “agenda de outubro”: um profundo reordenamento ou “refundação do país” que acabaria resultando no pedido unânime de convocação de uma Assembleia Constituinte, a qual, finalmente, foi instaurada em meados de 2006.³

O amplo movimento insurgente, de caráter indígena e popular, que foi se formando naqueles anos intensos teve como protagonistas diversos setores do campesinato indígena, organizado seja sob a modalidade sindical (CSUTCB, cocaleiros, “bartolinas”), seja sob a recuperação de modos ancestrais de organização étnica (CONAMAQ, CIDOB).⁴ Essas organizações sociais, juntamente com os cooperativistas mineiros, acabariam derrubando outros presidentes interinos, até conseguir, em junho de 2005, provocar a convocação de eleições gerais para dezembro daquele ano. Em um resultado que superou a todas as expectativas,

³ A demanda indígena por uma Assembleia Constituinte remonta à Marcha Indígena pelo Território e pela Dignidade, de 1990, e foi reiterada nas diversas mobilizações da CSUTCB, CONAMAQ, CIDOB e outras organizações sociais do leste e oeste do país (cf. nota 2).

⁴ Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB); “Bartolinas”: Confederação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia “Bartolina Sisa”; Conselho Nacional dos Ayllus e Markas do Qullasuyu (CONAMAQ); Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB). Todas essas organizações, além dos colonos e dos cocaleiros, surgiram a partir da década de 1970, como resultado da queda do sindicalismo paraestatal rural que apoiou a revolução nacional de 1952.

o cocaleiro aimará Evo Morales se tornou o primeiro presidente indígena da América e o Movimento ao Socialismo (MAS, partido político de base indígena e cocaleira formado em 1999), a primeira formação política ganhadora por maioria absoluta (53,7% dos votos) na Bolívia. Findou-se, assim, um ciclo de mais de vinte anos de pactos parlamentares não transparentes e partilhas do aparelho estatal entre os partidos crioulos da vertente neoliberal e populista. Todos esses fatores contribuíram para que as cerimônias de posse (21 e 22 de janeiro de 2006) fossem rodeadas por uma aura de expectativa e comoção cultural sem precedentes.

2 HISTÓRIA DE VIDA DA FOLHA DE COCA

O fato de ter assumido o governo da nação um líder cocaleiro que havia protagonizado, por quase duas décadas, ações de força, bloqueios e marchas de protesto criou, apesar das expressões de aprovação pública e de uma inusitada cobertura nos mais diversos meios internacionais de comunicação, um clima de desconfiança e temor nos círculos conservadores da opinião pública nacional e mundial. Nos diversos editoriais da imprensa norte-americana, apontava-se que o ocorrido na Bolívia equivalia a um triunfo das “forças contrárias ao livre mercado” e, por conseguinte, ao modelo de democracia representativa ocidental. A ideia de que as populações indígenas rurais e urbanas que protagonizaram as mobilizações dos últimos anos na Bolívia são “arcaicas” ou “atrasadas” – isto é, que resistem às disciplinas do mercado moderno em uma espécie de atavismo cultural e racial – está muito arraigada às elites (tanto as de nosso país como as do mundo desenvolvido) e faz parte de um senso comum que só recentemente está começando a ser questionado.

Paradoxalmente, uma das principais bases de sustentação do novo governo são os setores produtores de folha de coca, os quais, desde a década de 1980, têm como uma de suas principais

demandas o livre comércio para a folha como um meio mais eficaz que a repressão para enfrentar a economia ilegal. Essa demanda não é nova e torna manifesta a memória cocaleira do tempo das fazendas e comunidades produtoras vinculadas a um amplo mercado inter-regional e transfronteiriço da folha de coca⁵.

Desde os tempos coloniais – os da primeira globalização –, o grande mercado interno articulado pela coca, pelos vinhos e pelos licores, além dos minerais (ouro, prata e, posteriormente, estanho), foi um traço da modernidade indígena. Luis Miguel Glave recuperou termos usados nos Andes do século XVI para designar esse espaço: o *trajín* [mercado] e seus protagonistas, os *trajinantes* [mercadores] – um vasto circuito de rotas, empresários e capitais que dinamizaram a economia regional nos territórios onde hoje estão a Bolívia, o Peru e a Argentina⁶. Nesse cenário, a população indígena encontrou um espaço de participação econômica e resistência cultural de grande amplitude que nos ajuda a entender que tipos de força histórica subjazem às condutas cocaleiras contemporâneas. A continuidade das práticas mercantis que giram em torno da produção, circulação e consumo da folha de coca também se expressa na articulação entre os mineradores, os comerciantes e os cocaleiros, a qual, notavelmente, se mantém desde longa data, até nossos dias, na rede urbana e mineradora de cidades bolivianas como Potosí, Oruro e Huanuni.

⁵ Cf. SOUX, M. L. *La coca liberal: producción y circulación a principios del siglo XX*. La Paz: CID-Misión de Cooperación Técnica Holandesa-Cocayapu, 1993; WALGER, Th. *Coca: its history, geographic distribution and economic significance*. In: KARCH S. B. (Ed.) *A history of cocaine: the mystery of coca java and the kew plant*. Londres: The Royal Society of Medicine Press, [1919], 2003; RIVERA CUSICANQUI, S. *Las fronteras de la coca: epistemologías coloniales y circuitos alternativos de la hoja de coca: el caso de la frontera boliviano-argentina*. La Paz: IDIS-Aruwiyiri, 2003.

⁶ Cf. GLAVE, L. M. *Trajinantes: caminos indígenas en la sociedad colonial: siglos XVI-XVII*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1989.

Com base esses núcleos, o mercado para o *coqueo* [hábito de mastigar a folha de coca] ou *akhulliku*⁷ se estendeu, no século XIX, até Tucumán, no norte argentino e nas jazidas naturais de salitre [nitrato de sódio] do Chile (embora esse mercado pareça ter-se iniciado muito antes, durante o segundo auge de Potosí no século XVIII, que coincidiu com a anexação do território de Charcas – hoje Bolívia – ao Vice-Reinado do Prata em 1776). Neste artigo, desenvolvo algumas implicações da “vida social” da folha de coca como mercadoria indígena⁸, cuja trajetória nos revela as tramas de poder e os interesses corporativos construídos para bloquear os alcances e potencialidades desse mercado sob o marco da “guerra às drogas”. Para compreender esse processo, deve-se voltar ao início do séc. XX e retomar o percurso histórico daquilo que Ruggiero Romano chamou de transição da falsa equação coca boa = cocaína boa para a equação, igualmente falsa, cocaína ruim = coca ruim⁹. Os interesses imperialistas, que por sua vez envolvem os interesses das grandes corporações farmacêuticas e da Coca-Cola, conseguiram montar um aparato de repressão violenta contra a folha de coca, sob o argumento abstrato e hipócrita defesa da saúde pública dos

⁷ O *akhulliku* (ou *acullico*), também chamado de *pijjcheo*, *chajchado*, *mambeo*, dentre outras denominações, é geralmente traduzido como “mascar” ou “mastigar” coca, embora nenhuma das formas de consumo, necessariamente, implique que a folha seja de fato mastigada. Pelo contrário, no caso do “bolo de coca”, chupa-se suavemente a folha e, quando úmida, é-lhe adicionada uma substância alcalina feita de cinzas vegetais ou cal – *llipta*, *llujta*, *t’ojra*, *mambe* etc. Após cerca de uma hora, em algumas regiões se cospe o bolo (*jach’u* em aymara), enquanto em outras o bolo é engolido

⁸ Cf. APPADURAI, A. (Ed.) *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. [1986], 2000. p. 13.

⁹ ROMANO, R. Alrededor de dos falsas ecuaciones: coca buena = cocaína buena; cocaína mala = coca malaem. *Allpanchis*, Cusco, n. 19, p. 237-252, 1982.

países consumidores¹⁰. No outro extremo, os produtores de coca resistem de múltiplas formas a essa guerra desigual e malograda. Os cocaleiros, junto com os distribuidores e consumidores, são atores e protagonistas da modernidade indígena boliviana, assentada em um mercado interno de longa data como cenário de processos de empoderamento, iniciativa histórico-cultural (*agency*) e descolonização. Dado que a maioria da população faz parte desse mercado, a resistência não se limita à luta contra a erradicação das zonas produtoras; também é preciso enfrentar os controles e proibições que pesam sobre o mercado e o estigma que se associa ao consumo da folha.

O peso dessas disputas delimita um cenário de conflito para o atual governo, e é necessário compreendê-las em toda a sua profundidade histórica. Começo, então, descrevendo a trajetória da proibição e sua lógica colonial de liquidação dos mercados e de bloqueio às potencialidades industriais próprias em benefícios das de terceiros. Em seguida, faço a revisão da história recente das lutas cocaleiras, que desemboca na construção de um projeto político com força cultural hegemônica. Esse projeto converte as demandas setoriais e particulares no eixo central de uma “refundação do país” e de uma “descolonização da sociedade”, as quais se assumem, aqui, como válidas para o conjunto da população boliviana.

Na Bolívia, a existência de uma ampla faixa lícita de consumidores e o elevado valor da coca como símbolo de identidade são fatores que contribuem para a abertura de um espaço de políticas e práticas inéditas de soberania. Por sua vez,

¹⁰ O fato de que não é mostrado igual zelo no combate a danos à saúde pública tão graves – como os ocasionados pelo álcool ou pelo abuso de medicamentos – ou a enfermidades iatrogênicas ocasionadas pelo “uso bom” dessas substâncias nos leva a pensar que a ética está ausente nos assuntos dos negócios das transnacionais farmacêuticas mundiais, o que as transforma em censoras duvidosas da conduta ética dos povos cocaleiros.

à medida que essas práticas implicam o ato de consumir a coca, o fenômeno político se transforma em força econômica ao dinamizar as economias rurais cocaleiras e cimentar um mercado interno estratificado e em expansão. Sem dúvida, à medida que a pressão norte-americana pressiona no sentido de promover constantes intervenções e interdições nos mercados legais, bem como o confisco de quantidades crescentes de folha de coca, os produtores, comerciantes e consumidores enfrentam a rigidez da Lei n. 1.008 e as restrições do Regulamento de Comercialização vigente, desenvolvendo estratégias para se esquivarem ou resistirem ao cumprimento dessas regras. Por sua vez, o governo busca ganhar tempo para enfrentar as pressões imperialistas em melhores condições¹¹, sem provocar uma ruptura total que implique sanções e represálias. Mais uma vez, as práticas sociais e as próprias políticas estatais entram em contradição com as convenções e as leis vigentes.

O avanço mais fundamental de todo esse processo foi a inclusão de um artigo na nova Constituição Política do Estado boliviano, no qual se defende a “coca ancestral e milenar” e se declara que a coca, consumida em seu estado natural, não é um “entorpecente”. Desde fevereiro de 2009 está em vigor na Bolívia essa lei fundamental, que contradiz declaradamente a legislação internacional em vigor. Cumpre sublinhar que órgãos internacionais, como a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), endureceram, desde 2008, sua posição com relação ao consumo lícito da folha de coca, reconhecido até mesmo na Convenção de Viena de 1988¹². O retrocesso se

¹¹ Por exemplo, depois das eleições de 2008 nos Estados Unidos (nada pior que Bush pode subir ao cargo, dizem os analistas).

¹² JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES (JIFE). *La Prensa*, La Paz, 3 mar. 2007.

deveu, sem dúvida, à política cocaleira do novo governo e à enorme visibilidade mundial que a temática da coca ganhou com as intervenções públicas do presidente Evo Morales. De fato, em março de 2007, foi emitido um relatório da JIFE que alertava sobre o dano que o *akhulliku* representava à saúde por seu efeito de inibição da fome, o qual afetaria o direito dos bolivianos a uma nutrição adequada. A resposta do governo foi firme e não somente referendou o texto constitucional, mas também apresentou, na reunião de Viena de 11-14 de março de 2009, uma proposta de modificação do art. 49 da Convenção Única, de 1961, como primeiro passo para a retirada da folha de coca da Lista 1 de substâncias proibidas pelo referido acordo internacional.

3 DINÂMICA ECONÔMICA E POLÍTICA DA PROIBIÇÃO

A história da inclusão da folha de coca na Lista 1 de substâncias proibidas pelas Nações Unidas (ONU) na Convenção Única de Entorpecentes, de 1961¹³, remonta à fase de auge da ciência médica europeia e da química analítica desenvolvida desde o século XIX, ambas centradas, sobretudo, em laboratórios da Alemanha e dos Estados Unidos. Precursoras das atuais iniciativas de biopirataria das grandes transnacionais de sementes, alimentos e plantas medicinais, as empresas de medicamentos da Europa e dos Estados Unidos logo entraram em uma acirrada competição comercial pelo controle do mercado para os diversos produtos derivados da coca.

Desde 1860, com o refino da cocaína e com a rápida difusão do seu uso como anestésico na década de 1880, tanto a cocaína

¹³ Cf. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Convención Única sobre Estupefacientes de la ONU*. 1961. Disponível em: <www.unodc.org/pdf/convention_1961_es.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

como a própria coca se converteram em mercadorias de circulação mundial¹⁴. Tal qual ocorreu com algumas espécies de planta medicinal do gênero *Chinchona*¹⁵, logo empresas como a Parke-Davis (dos Estados Unidos) e a Merck (da Alemanha) se dirigiram aos Andes a fim de identificar fontes baratas de abastecimento e fontes de suas distintas variedades para exportá-las a suas colônias ultramarinas. Com exceção da “conexão alemã”, que conseguiu criar no Peru uma economia produtora de coca e de pasta base de cocaína subordinada ao aparato industrial, o grosso da produção de folha de coca se concentrou nas possessões coloniais da Holanda (na Indonésia¹⁶), da Inglaterra (no Ceilão e na Nigéria) e do Japão (em Taiwan, Iwo Jima e Okinawa)¹⁷. Nesse cenário, o único país andino que pôde competir no mercado mundial com uma indústria farmacêutica própria, ainda que rudimentar, foi o Peru, que vendia diretamente a pasta base elaborada em fábricas de Lima, de Huánuco e do vale do Monzón aos laboratórios Merck (na Alemanha), Hoshi (no Japão) e a outros da França, da Inglaterra e da Suíça. Esses laboratórios, por sua vez, refinavam o produto

¹⁴ A ideia de *global commodity chain* (cadeia mundial de mercadorias) foi proposta por Paul Gootenberg para analisar o percurso histórico da transição da legalidade para a proibição da cocaína no Peru (1999). (Cf. GOOTENBERG, P. *Cocaine: global histories*. Londres; New York: Routledge, 1999)

¹⁵ Uma planta da Amazônia, cujo alcaloide medicinal quinina, presente na casca, era utilizado na farmacopeia *kallawaya* para combater a febre terçã ou *chhujchu*.

¹⁶ A ilha de Java, no final do século XIX, chegou a abastecer 40% das exportações mundiais de folha de coca, graças ao seu baixo preço e maior conteúdo de cocaína extraível (ao que se poderia adicionar o fato de ser cultivada em um sistema de monocultura de exportação – *plantation*). (Cf. REENS, E. Java coca: an historical, botanical, chemical and pharmacological treatise. In: KARCH, [1919], 2003. p. 74)

¹⁷ Cf. DE KORT, M. Doctors, diplomats and businessmen: conflicting interests in the Netherlands and Dutch East Indies In: GOOTENBERG 1999; KARCH, 1999.

para vendê-lo como cloridato de cocaína para o mercado mundial de medicamentos¹⁸.

Entretanto, a coca boliviana, com o seu alto preço e qualidade aromática característica, continuou abastecendo o mercado regional do *akhulliku* ou *coqueo*, o qual se ampliara ao se conectar com os mercados de mineração de prata, salitre, estanho e cobre e com o dinâmico mundo laboral e ritual urbano e rural. Referindo-se a esse fenômeno, Theodor Walger, em sua tese de doutorado apresentada em Berlim em 1917, afirmou:

Embora as exportações [de coca boliviana] sejam reduzidas, o consumo local é enorme. O mercado interno da coca alimenta 3 milhões de bolivianos [...] e, portanto, é de grande significado econômico. Somente em impostos, a coca rende anualmente 250 mil bolivianos [unidade monetária]¹⁹.

Pode-se dizer, então, que a indústria farmacêutica “pesada”, que se especializara em extrair cocaína da folha, sustentou-se nas economias coloniais e oligárquicas da Ásia e do Peru, ao passo que a coca boliviana – apesar de estar parcialmente sob o controle de algumas fazendas – teve maior vínculo com o crescimento orgânico dos mercados regionais e inter-regionais, que, desde longa data, continuavam em grande medida articulados pela população de *trajinantes cholo-indígenas* [crioulos]. Estes, por sua vez, satisfaziam a demanda indígena e crioula vinculada ao hábito do *akhulliku* e outros usos da folha em estado natural.

Em escala mundial, porém, outra vertente que demandava folha de coca, em concorrência com a cocaína farmacêutica, era

¹⁸ Cf. FRIMAN, R. Germany and the transformations of cocaine. In: GOOTENBERG, 1999, p. 85; SPILLANE, 1999, p. 22-30; KARCH, 1999, p. 153.

¹⁹ WALGER, [1917] 2003, p. 154-155.

a indústria galênica (biofarmácia) – o que poderíamos chamar de “indústria leve” da coca –, que gozava de prestígio ainda considerável naquela época de pluralismo médico e experimentação com plantas. A ciência e a arte de usar plantas ou partes de plantas como suplementos nutritivos e medicinais, chamada de medicina galênica ou farmacognosia, tiveram muitos adeptos no mundo no século XIX e são o equivalente europeu das múltiplas variantes da fitoterapia indígena do mundo não ocidental. Também houve, entre essas várias tradições, incorporações e mesclas. Assim, dada a presença chinesa em todo o sudeste asiático, não surpreende que a inclusão da *ku-ka* [coca] na exuberante medicina fitoterápica daquele país tenha a ver com o auge da “coca java”, que, não por casualidade, era exportada para a Europa em contêineres metálicos chamados de “caixas chineses”²⁰. Os extratos naturais conservando coca em álcool ou vinho gozavam de especial popularidade, como mostra Emma Reens, que aponta a inclusão de extratos galênicos de coca nos *Codex* ou farmacopeias da França, dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Espanha, da Suíça, da Holanda e da Itália²¹. Se somarmos a esse fato o *akhulliku* e o uso galênico da coca nos próprios países produtores, o mercado mundial, entre 1860 e 1940, acolheu uma demanda considerável (ainda que difícil de ser quantificada) para os usos alternativos da folha de coca, distintos da indústria farmacêutica da cocaína.

Os Estados Unidos eram, sem dúvida, o mercado mais ávido por todas essas novidades, tanto de extratos da folha de coca em estado natural como da cocaína, que era refinada nos laboratório da Parke, da Davis e da Maywood Chemical (esta a fornecedora da Coca-Cola). Nesse cenário, a competição acirrada pela preferência do público levou as indústrias em geral a criar

²⁰ Cf. REENS, [1919], 2003.

²¹ Cf. REENS, [1919], 2003.

o conceito moderno de “campanha publicitária” A paternidade desse conceito é atribuída ao médico corso Angelo Mariani, cujo “Álbum” aponta o grande apreço que personagens das altas esferas da política, arte e literatura, incluindo os papas Leão XIII e Pio X, tinham pelo seu vinho de coca²². Em uma primeira época – segundo pesquisa citada por Spillane –, os fabricantes de tônicos, bebidas energéticas, xaropes, tinturas e elixires a base de folha de coca enfatizavam a diferença entre os derivados naturais da folha inteira e aqueles produtos que continham cocaína pura refinada em laboratórios. Logo em seguida, porém, a competição se acirrou e algumas empresas começaram a apostar no vício como um princípio do mercado (tal qual fazem as multinacionais do tabaco nos dias atuais). Surgiram extratos com alto teor de cocaína pura (as famosas curas para a coriza e a congestão nasal) que multiplicaram os números dos casos de abuso, provocando escândalos médicos de grande repercussão²³.

Paralelamente, as companhias de bebidas e refrigerantes patenteados desfrutavam um mercado cada vez mais vasto, livre de restrições e controles, embora logo tivessem sido obrigadas a se adaptar aos vaivéns da era da proibição (primeiro do álcool, depois da cocaína). Um episódio clássico é o do vinho Mariani, carro-chefe de Angelo Mariani, feito à base de um xarope de folha de coca natural dissolvido em vinho de uva, que desfrutou grande popularidade nos Estados Unidos até ser sobrepujado pela Coca-Cola. Tirando proveito da proibição, a Coca-Cola se colocou como “a bebida da sobriedade” (*temperance drink*) e tirou Mariani da concorrência, embora ela própria tivesse sido no início nada

²² Cf. MARIANI, A. The Mariani album. In: ANDREWS, G.; SOLOMON, D. *The coca leaf and cocaine papers*. Nueva York; Londres, Harcourt Brace Jovanovich, [1884-1913], 1975. p. 243-246.

²³ Cf. SPILLANE, 1999; KENNEDY, J. *Coca exotica: the illustrated story of cocaine*. New York: Cornwall, 1985.

mais do que uma das suas inúmeras imitações do vinho de coca²⁴. A batalha contra a coca foi vencida pela Coca-Cola em 1961, que, então, conseguiu incluir no art. 27 da Convenção Única de Entorpecentes da ONU um uso único para a folha, qual seja: o de “saborizante”²⁵.

Nos Estados Unidos, os escândalos médicos e a crescente associação do abuso de cocaína à população negra levaram a uma histeria fundamentalista que efetivamente proibiu a cocaína através da Lei Harrison contra Narcóticos, de 1914, embora seu impacto fora daquele país tenha sido bastante relativo. Ainda nos anos 1930, no Peru, discutia-se abertamente a necessidade de modernizar a indústria da cocaína e promover o monopólio estatal sobre a coca, o que acabou se concretizando nos anos 1950, com a fundação da Empresa Nacional da Coca (ENACO)²⁶. O contexto de hegemonia norte-americana após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, sobretudo, durante as décadas da “Guerra Fria” permitiu acabar efetivamente com as indústrias alemã e japonesa

²⁴ Caberia investigar se a conotação patriótica dessa batalha comercial serviu então para transformar a Coca-Cola na bebida emblemática dos Estados Unidos, país que integraria a dita empresa em seu desenho colonial do mundo e a favoreceria – com a força máxima das armas ou com o poder do dinheiro – na batalha desigual pelo mercado mundial.

²⁵ O art. 27 da Convenção Única de Entorpecentes da ONU assim dispõe: “1. As Partes poderão autorizar o uso das fôlhas de coca para fabricação de agentes saporíferos que não contenham nenhum alcalóide e autorizar, na quantidade necessária para tal uso a produção, importação, exportação comércio e posse das referidas fôlhas. / 2. As Partes fornecerão separadamente estimativas (artigo 19) e informações estatísticas (artigo 20) referentes às fôlhas de coca destinadas à preparação do agente saporífero, exceto quando as mesmas fôlhas de coca forem utilizadas para extração de alcalóides e do saporífero, e se isto fôr declarado na informação estatística e nas estimativas” [*sic*]. (Cf. BRASIL, 1964, p. 7.801)

²⁶ GOOTENBERG, 1999, p. 56-72.

da cocaína e assentar as bases para a era das cocaínas sintéticas, reservando o monopólio dos usos legais da folha à Coca-Cola. O “Merchandise n. 5”, um extrato vegetal que continua fazendo parte da “fórmula secreta” do popular refrigerante da Coca-Cola, é feito à base da coca de Trujillo (Peru), sobre a qual a companhia exerce até hoje um monopólio virtual.

Em 1949, em meio à controvérsia entre defensores modernistas da cocaína industrial (Peru), defensores tradicionalistas do *akhulliku* (Bolívia) e opositores a ambos (as elites pró-EUA de ambos os países), deu-se a visita oficial ao Peru e à Bolívia por parte da Comissão de Estudo da Folha de Coca, cujo relatório foi publicado em 1950²⁷. Apesar de naquele momento quase já ter desaparecido a questão do uso legal ou ilegal da cocaína nos Estados Unidos, a visão higienista e modernizante da comissão e os interesses criados pelas empresas farmacêuticas representadas por Howard B. Fonda, presidente da dita comissão, explicam como pôde passar por “ciência” um documento tão repleto de preconceitos e especulações sem fundamento baseadas em fontes espúrias. O relatório, que vincula o uso da folha de coca à desnutrição e à pobreza e afirma que a coca substitui o alimento, intoxica o organismo e diminui a concentração no trabalho, conclui como “crença” infundada a alegação de que a coca serve para combater a fadiga, o sono e a fraqueza.

E por incrível que pareça esse relatório foi ratificado em 1952 em uma norma da Comissão de Especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS). No final das contas, era a época de

²⁷ Cf. RIVERA, 2003, p. 76-83. O mais notável deles foi Nicanor T. Fernández, cuja obra expõe a tese de que não se produzia cocaína na Bolívia em razão do elevado preço da folha. (Cf. FERNÁNDEZ T. N. *La coca boliviana: maravillosas propiedades y cuaidades de la coca: opiniones de prestigiosos médicos y naturalistas acerca de la planta sagrada de los Incas del Perú*. La Paz: Editorial América, 1932. p. 3).

auge da medicina “científica”, do higienismo e das noções de progresso equivalentes à adoção do *American way of life*. O indignante é que essa norma continue vigente em 2007 – na era da medicina indiana *ayurveda*, da acupuntura, dos consumos *new age* – e que tenha sido ratificada outras vezes pela Organização Mundial da Saúde (1982 e 1992) sem que o próprio estudo da OMS, de 1995, sequer tenha servido para modificar essa posição errônea e preconceituosa. O documento da ONU de 1950, cujas distorções e mitos foram repetidos por Philip O. Emafo, Presidente da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE)²⁸, no intento de desqualificar a política da coca de Evo Morales, segue sendo a única sustentação oficial das Nações Unidas para a inclusão da folha de coca na Lista 1 de Entorpecentes proibidos pela Convenção Única de 1961²⁹. Enquanto esse documento continuar em vigência, tanto a cocaína como a folha da coca serão consideradas drogas, e milhões de consumidores das repúblicas andinas – incluindo o presidente da Bolívia – serão oficialmente qualificados como “viciados em drogas”.

4 DA LEI N. 1008 AO “PLANO DIGNIDADE”

A Convenção de 1961 não foi substituída, mas apenas complementada pela Convenção da ONU contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, aprovada em Viena em 1988. Esse documento reflete as novas sensibilidades daquela década, quando se desenvolveram importantes processos

²⁸ JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES (JIFE). *La Prensa*, La Paz, 3 mar. 2007.

²⁹ Cf. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Convención Única sobre Estupefacientes de la ONU. 1961. Disponível em: <www.unodc.org/pdf/convention_1961_es.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

de autoafirmação étnica e surgiram várias organizações que defendiam os direitos culturais dos indígenas. Naquele contexto, a delegação boliviana conseguiu a inclusão da noção de “usos tradicionais” tolerados do *akhulliku* como um direito residual dos povos indígenas que mantinham o hábito de mascar coca, desde que “houvesse evidência histórica de tais usos”³⁰.

Esse mesmo espírito de tolerância por razões ancestrais se evidencia na Lei n. 1.008, promulgada naquele mesmo ano para reger em longo prazo as relações de controle e intervenção estatal no que diz respeito à coca e seus mercados, além de outras “substâncias controladas”. A Lei n. 1.008 define como “legal” uma área de 12 mil ha, localizada em algumas províncias de La Paz e na região de Vandiola em Cochabamba (um dos nove departamentos, ou unidades administrativas, da Bolívia)³¹. Essa delimitação tomou como base a investigação antropológica e estatística de Carter e Mamani³², cuja pesquisa em escala nacional excluía as capitais, com exceção das cidades mineradoras de Oruro e Potosí. Apesar desse viés de análise, consideraram-se excedentes todas as plantações de coca situadas fora de tal delimitação. A definição exata do art. 10 é “excedentes em transição”, o que, entrelinhas, indicava que cedo ou tarde essas plantações seriam ilegais. Precisamente foi no Chapare e em outras províncias do Trópico de Cochabamba (região entre a Cordilheira dos Andes e a Amazônia boliviana), que a “guerra às drogas” chegou à sua fase mais violenta quando se tentou dar por encerrada a fase de transição e prosseguir à meta de “coca zero”. A primeira versão desse projeto, chamada “opção zero”, foi conduzida, em meio a grande violência, entre 1994 e

³⁰ ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 1961.

³¹ REPÚBLICA DE BOLÍVIA. *Código penal, ley 1.008, ley de ejecución de penas*. La Paz, s.p.i. s.f., 19 jul. 1988. Disponível em: <www.iadb.org/.../leyn/.../Bol-Ley1008-88-Coca>. Acesso em: 13 dez. 2011.

³² CARTER, W.; MAMANI, M. *Coca en Bolivia*. La Paz: Juventud, 1986.

1997, durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada e Víctor Hugo Cárdenas. Para proceder à erradicação forçada das plantações de coca, o governo militarizou o trópico de Cochabamba, decretou estado de sítio e promoveu detenções massivas, ataques e assassinatos. No entanto, o saldo da erradicação revelou, por anos seguidos, cifras negativas e nunca ultrapassou os 500 ha anuais, dada a estratégia cocaleira de replantar a coca em lugares cada vez mais distantes e inacessíveis.

A ascensão de Bánzer ao poder em 1997 significou uma escalada sem precedentes da militarização e da violência, impulsionada pelas Nações Unidas. Em 1998, o Conselho Econômico e Social da ONU aprovou um plano de ação que incluía, pela primeira vez, a validação do uso da força para erradicar os cultivos tidos como “ilegais”. O documento era precedido pelo discurso do então Secretário-Geral Koffi Anan, que, ao enfatizar a redução da oferta de coca, colocava em evidência – ainda que sem reconhecê-lo – o absoluto fracasso da “guerra às drogas”. Entre 1988 e 1998, o volume de cocaína no mercado e o número de consumidores da substância subiram de forma estável, embora moderada. Isso, contudo, não implicava a redução do “problema” da droga, uma vez que, nesse mesmo intervalo de tempo, surgiram 30 milhões de novos consumidores de metanfetaminas, drogas sintéticas (*design drugs*) de fácil produção, cuja oferta estava quase que inteiramente localizada nos mesmos países consumidores. Em se tratando da produção de matéria-prima para a economia ilegal, logo a redução drástica de plantações de coca na Bolívia se viu amplamente compensada pelo crescimento de cultivos na Colômbia, que passou a ocupar o primeiro lugar em superfície cultivada, ultrapassando inclusive o Peru³³.

³³ Isso é o que os analistas dos temas chamam de “efeito balão” (*balloon effect*).

O governo do General Bánzer, em aliança com o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), lançou, no início de 1998, o “Plano Dignidade”. Essa medida consistia na interrupção do processo de erradicação “voluntária e indenizada” e a consequente passagem para o processo de erradicação forçada e sem indenização, com foco principal no Trópico de Cochabamba³⁴. Segundo informações oficiais publicadas pela Diretoria de Reconversão da Coca³⁵, as forças combinadas do Exército e da polícia ecológica conseguiram erradicar 7.512 ha em 1997, 11.621 em 1998, 16.999 em 1999 e 7.953 em 2000. No início de 2001, o General Bánzer comemorou a consecução da meta “coca zero” no Chapare, sendo emitidas declarações oficiais de que a superfície cultivada de coca naquela região tinha sido reduzida para apenas 600 ha em 2000. Em junho de 2001, a Força Tarefa Conjunta (FTC) ingressou no município de La Asunta, na província Sul Yungas, para dar início à erradicação forçada no coração da zona de produção legal³⁶.

Foi a maior tentativa de aplicar a Convenção de 1961 ao pé da letra. A “retirada dos Yungas” – produto de uma revolta massiva da população – e a evidência de que no Chapare não havia 600 ha, mas, sim, 6 mil ha de coca fez com que caísse por terra a ilusão triunfalista de Bánzer – ilusão que acabou morrendo junto com o general. Com a sucessão de Bánzer pelo vice-presidente Jorge Quiroga, a ofensiva intensificou-se, revelando que a estratégia norte-americana visava não exatamente acabar com a coca excedente, mas, sim, criar um foco de conflito político e militar que permitiria acabar com o perfil democrático e basicamente camponês-indígena das forças cocaleiras emergentes.

³⁴ REPÚBLICA DE BOLÍVIA. Decreto do Supremo n. 24.963, de 20 de fevereiro de 1998. *Gaceta Oficial*, 16 mar. 1998.

³⁵ DIRETORIA DE RECONVERSÃO DA COCA (DIRECO), 2001, p. 7.

³⁶ Cf. HUANCA, B. *Los Yungas contraatacan: la expulsión de la Fuerza de Tarea Conjunta*. La Paz: La Voz de la Cuneta, 2001; RIVERA, 2003.

5 A INSURREIÇÃO COCALEIRA COMO BASE DO NOVO ESTADO

É no cenário das proibições internacionais e da militarização da luta antidrogas que surgiu e se projetou politicamente a organização cocaleira das Seis Federações do Trópico de Cochabamba, sob a liderança de Evo Morales. A organização cocaleira disparou na política eleitoral, seguindo um percurso vertiginoso de conquista do eleitorado em nível local até o nacional. A trajetória da liderança de Evo Morales começou com os bloqueios, enfrentamentos e atos de protesto que giravam em torno da promulgação da Lei n. 1008 e do massacre de Villa Tunari, em 1988. Nas negociações que foram impostas naquele ano pelas bases cocaleiras mobilizadas, conseguiu-se o reconhecimento dos usos tradicionais da folha e da possibilidade de sua industrialização³⁷. Também se conseguiu inserir na lei a proibição explícita ao uso de herbicidas e de outros agentes químicos, além de ser prescrita a erradicação manual dos cultivos excedentes. A erradicação foi definida como um processo voluntário e sujeito a indenização econômica. Nesse novo marco legal, foram lançadas as primeiras tentativas de “desenvolvimento alternativo” e de erradicação por indenização, a qual, durante um bom tempo, não afetou substancialmente a área cultivada nem o volume da colheita, dada a resistência dos cocaleiros, que, secretamente, replantavam a coca erradicada.

No plano “opção zero”, durante o primeiro governo de Sánchez de Lozada, também houve resistência, porém de forma aberta. As primeiras marchas do Chapare a La Paz (1994, 1995) – sobretudo a Marcha pela Vida, pela Coca e pela Soberania Nacional, que, depois de 22 dias chegou a La Paz em 20 de setembro de

³⁷ Cf. CENTRO DE DOCUMENTACIÓN E INFORMACIÓN BOLIVIA (CEDIB). *Coca: cronología: Bolivia 1986-1992*. Cochabamba: ILDIS-CEDIB. 1992.

1994 – reinstalaram o método indígena empregado na Marcha pelo Território e pela Dignidade, de 1990, e adotaram uma linguagem simbólica de grande riqueza, que enfatizava a inscrição da coca como planta e símbolo sagrado para os povos indígenas e também como parte da farmacopeia tradicional³⁸. Todos esses êxitos foram mais tarde capitalizados politicamente pelas Seis Federações do Trópico de Cochabamba e seu líder cocaleiro. Assim, nas eleições municipais de 1995, sob a sigla emprestada da Esquerda Unida [já que o Supremo Tribunal Eleitoral não reconhecera a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), como partido], Evo Morales – junto com Alejo Véliz, do Vale Baixo, e outros representantes dos camponeses, colonos e indígenas – conseguiu 49 conselhos e 10 prefeituras em várias regiões de Cochabamba. Nas eleições nacionais de 1997, às vésperas do Plano Dignidade, a Esquerda Unida venceu quatro disputas majoritárias, de lista unipessoal, e obteve 3,6% da votação nacional. Evo Morales ascendeu ao Parlamento como o deputado individualmente mais bem votado, com quase 62% dos votos do seu distrito eleitoral³⁹. Os outros três deputados eram camponeses de várias regiões de Cochabamba. Isso revela uma estratégia de superação da demanda setorial – a coca – e de obtenção de uma representatividade mais ampla, qual seja, indígena e departamental (*i.e.*, no nível do departamento, ou seja, da região administrativa).

Nesse contexto, com um pé no Parlamento e o outro nas Seis Federações do Trópico de Cochabamba, ocorreram as mobilizações mais beligerantes e desesperadas dos cocaleiros, em um clima cada vez mais intenso de militarização e guerra aberta. Assim, em agosto de 1998, uma marcha massiva partiu do Chapare e, após 23 dias de dura caminhada, chegou à sede do governo com uma única

³⁸ CONTRERAS B. A. *La marcha histórica*. Cochabamba: CEDIB, 1994.

³⁹ Cf. PULSO. La Paz, 25-31 jan. 2002.

demanda: a legalização de “un cato de coca” (1.600 m²) por família em todo o Trópico de Cochabamba.⁴⁰ A recusa do governo foi veemente: o plano de acabar com toda a coca do Chapare parecia ser uma das suas políticas mais claras, aceleradas e obsessivas. É por essa razão que a greve de fome realizada em prédios da Universidade de La Paz pelos manifestantes que realizaram a marcha terminou com a desmoralização e desmobilização do movimento e com o líder máximo do movimento cocaleiro recolhendo-se à esfera parlamentar.

A partir de então, formaram-se no Trópico de Cochabamba os “Comitês de Autodefesa” e começou a resistência ativa, e violenta, das famílias cocaleiras contra a erradicação da coca. O saldo consistiu em mais de 30 mortes – a maioria de cocaleiros –, as quais se somaram à extensa lista de mortos desde o Massacre de Via Tunari em 1988, no qual morreram oito camponeses *qhichwas* produtores de coca. Porém, essa foi apenas uma das frentes de luta do movimento cocaleiro. Na “guerra da água”, travada na cidade de Cochabamba (fevereiro a abril de 2000), foi decisiva a participação das Seis Federações do Trópico de Cochabamba, e os cocaleiros passaram a fazer parte da Coordenadoria da Água, junto com os agricultores, operários e sindicatos da cidade. Aqui se viu novamente a formação de uma plataforma mais ampla de “defesa dos recursos naturais”, a qual intercedia pelo vasto mundo urbano dos excluídos e pelas classes médias e intelectuais em torno de duas figuras da *pachamana* (mãe terra), a água e a coca.

Em setembro-outubro de 2000, foi deflagrado um bloqueio de caminhos quase que simultâneo no Altiplano e Yungas de La Paz, bem como no Trópico de Cochabamba. Os cocaleiros exigiam, desesperadamente, o fim da erradicação forçada e o respeito ao

⁴⁰ Participei, pessoalmente, dessa mobilização, acompanhando a marcha nos seus últimos cinco dias.

“cato” de coca. Desta vez, porém, o foco da atenção pública se traduziu no bloqueio decretado pela CSUTCB, sob a liderança de Felipe Quispe, o “Mallku”, que manifestava inúmeras demandas culturais, políticas e econômicas dos camponeses aimarás, dentre as quais figurava a defesa da “coca tradicional” apenas dos Yungas, mas não do Trópico de Cochabamba. A ruptura entre Morales e Quispe – que em outubro de 2000 deixou desolado o bloqueio no Chapare – acabou se mostrando a favor do primeiro, que se apresentava como uma versão mais moderada e tolerante da figura indígena, capaz de buscar alianças urbanas, de interceder pelo conjunto da sociedade e de problematizar a cômoda ideologia da mestiçagem. No entanto, o distanciamento da agenda cocaleira com relação à ala mais radicalmente indígena do movimento também viria a ter consequências negativas que acabariam retirando do discurso e das práticas de Evo Morales uma das chaves de sua hegemonia.⁴¹

6 DA INSURREIÇÃO AO PODER

O ano 2000 foi também o da declaração da “coca zero” no Chapare, a qual foi comemorada com visitas e inspeções do governo e da embaixada norte-americana aos locais erradicados. Com uma tática de luta simbólica habitual, as mulheres cocaleiras desmentiram com eloquência a ficção estatal, inundando de coca as ruas e espaços públicos por onde passava a comitiva oficial.

⁴¹ A possibilidade de um governo indígena na Bolívia tinha o efeito de fascinação e medo nas esferas internacionais. Ante a crise de corrupção profunda pela qual atravessavam os partidos das elites mestiço-crioulas, a ascensão de um índio ao governo abria uma esperança de se sair da crônica ingovernabilidade que assolava o país. Além disso, uma ética indígena na condução do poder talvez fosse a única saída para salvar a coca das redes de corrupção e dupla moral que permitiam o seu desvirtuamento para a economia ilegal.

Rapidamente, o dado de que havia restado apenas 600 ha de coca no Chapare teve de ser corrigido para 6 mil (um “erro de cálculo” que foi atribuído ao satélite norte-americano) e, assim, quando Quiroga sucedeu o moribundo Bánzer, em agosto de 2001, a guerra recomeçou com ferocidade semelhante ou até mesmo maior. Já no mês de junho, pouco antes de renunciar a favor de seu vice-presidente, Bánzer havia lançado uma ofensiva inédita na região dos Yungas, enviando 750 soldados da FTC para enfrentar a ira de toda a região, que se mobilizou massivamente para expulsá-los. A “retirada dos Yungas” articulou campo e cidade, cocaleiros, empresários e comerciantes em uma frente única que logo se expressaria no plano eleitoral⁴².

Durante o “Plano Dignidade”, a guerra também se deflagrou no âmbito midiático e dos números. Os volumes e hectares de coca erradicada foram sempre calculados e veiculados com uma prolixidade desmedida. Os anúncios e quadros que contabilizavam o avanço da erradicação faziam parte de uma cruzada simbólica, a qual, contudo, parecia estar finalmente acabando. Entretanto, todo esse emaranhado de especulações veio rapidamente abaixo, pela própria lógica da guerra contra as drogas, que perpetuava e ampliava sem cessar os cenários do conflito⁴³. O vice-ministro de Defesa Social de Quiroga, Osvaldo Antezana, declarava, no fim de 2001:

Não sabemos quanta [coca] existe; antes as estimativas eram feitas através de imagens de satélite que já não mais funcionam; as plantações estão em terras em repouso

⁴² Cf. RIVERA, 2003.

⁴³ “Se há algo que caracteriza a guerra contra as drogas esse algo é a sua voracidade, a sua necessidade de se alimentar, crescendo e propiciando novos conflitos nos lugares onde eles sequer existiam”. (ORDUNA, V. La enfermedad de la coca cero. *Pulso*, La Paz, 18-24 jan. 2002).

(*sic*); os cultivos estão dispersos em superfícies não significativas; é muito difícil detectá-los em fotografias aéreas ou mediante satélite⁴⁴.

Assim entrava em colapso a principal base de sustentação da política governamental e iniciava-se uma etapa de total incerteza, irracionalidade e politização nos ataques à organização cocalera. Sem dúvida, os eventos decorrentes do “11 de setembro” daquele ano tinham produzido um reviravolta alucinantes na retórica da “guerra às drogas”. Evo Morales e os cocaleiros já não eram mais adversários políticos em uma arena democrática: eram “narcoterroristas, defensores da luta armada e vinculados a organizações guerrilheiras” da Colômbia ou do Peru.

O trágico epílogo do “Plano Dignidade” foi a chamada “guerra da coca”, em janeiro de 2002, em Sacaba (capital da província do Chapare). A raiz estava em um decreto governamental – imposto pela embaixada norte-americana – ordenando o fechamento do mercado local, o que extinguiu toda e qualquer possibilidade de que a coca do Trópico de Cochabamba chegasse aos mercados lícitos a condenava, assim, a abastecer a economia ilegal. O mecanismo era muito simples: a febre dos números foi sucedida por uma atitude estatal de ignorar a existência da coca no Chapare, isto é, de tapar o sol com a peneira. Nas palavras de Victor Orduna,

um governo frustrado pela impotência de alcançar a desejada “coca zero” decidiu optar pela ficção, negar a realidade e imaginar que não há coca, fechando os mercados e negando a sua existência, estrangulando os produtores... Como foi fechada a via da legalidade, aos produtores não resta outra opção que não a de vender ao narcotráfico. Finalmente, o governo está renunciando o seu

⁴⁴ ANTEZANA, O. *Pulso*, La Paz, p. 11, 2-8 nov. 2001.

dever de controlar a circulação da folha de coca a favor do narcotráfico, garantindo-lhe o monopólio⁴⁵.

A revolta de Sacaba revelou a impaciência e o desespero dos cocaleiros diante do fundamentalismo e do objetivo duplo de liquidar o mercado legal da coca de Cochabamba e, ao mesmo tempo, favorecer diretamente a economia ilegal. Das seis mortes causadas pelo conflito, quatro correspondiam a soldados da força pública, dois dos quais tinham sido linchados com crueldade como vingança pelo assassinato de dois cocaleiros em 16 de janeiro. Esse ato repressor se deveu, por sua vez, à tentativa de tomada das instalações da Direção Geral de Controle e Fiscalização da Folha de Coca (DIGECO) e à queima de 25 veículos das forças antidrogas – ações essas empreendidas por uma multidão enraivecida, que, em todo esse processo, reeditou antigas táticas de violência antifiscal dos indígenas⁴⁶.

O evidente é que tudo isso culminou, em 23 de janeiro, com o *impeachment* ilegal do deputado Evo Morales, abertamente ordenado pelo embaixador dos Estados Unidos, Manuel Rocha. O semanário *Pulso* mostrava uma foto do líder cocaleiro em gesto de raiva e impotência sob uma grande manchete que dizia “Evo erradicado”⁴⁷. A foto aparecia dedicada pelo presidente Quiroga

⁴⁵ ORDUNA, 2002, p. 13.

⁴⁶ Esses atos de violência, que o governo atribuiu a uma conspiração guerrilheira de caráter internacional, encerram em si as táticas indígenas multicentenárias de violência simbólica, a ação direta da multidão e a emergência de lideranças aparentemente espontâneas, que obedecem a uma estrutura comunitária de base. A forma como morreram os dois soldados desaparecidos em Sacaba imita também o ocorrido no Altiplano em abril de 2000, com o linchamento de um oficial do Exército por uma multidão enfurecida em Achachachi e reproduz também vários episódios de rebelião do Movimento Revolucionário Tupaq Katari de Libertação, no século XVIII. (Cf. a respeito: MAMANI RAMÍREZ, 2004, e THOMSON, S. *Cuando sólo reinasen los indios: la política aymara en la era de la insurgencia*. La Paz: Muela del Diablo-Aruwiyiri, 2006.

⁴⁷ EVO erradicado. *Pulso*, La Paz.

“A Mr. Rocha, com carinho”. Como era de se prever, sua expulsão do Parlamento apenas viria a ajudar o líder cocaleiro a crescer nas preferências do eleitorado, de 3,6% em 1997 para 23% nas eleições de junho de 2002. Com isso, o MAS se converteu na segunda maior força eleitoral do país, ampliando notavelmente o escopo da representatividade cocaleira. De um lado, a votação resultava na expressão política não mais apenas dos produtores de coca, mas dos camponeses indígenas em geral e dos consumidores da folha, urbanos e mineiros; era, em suma, a expressão do mercado inter-regional que se formara em torno da coca desde os tempos coloniais. Por outro lado, a votação manifestava uma indignação dos setores progressistas da opinião pública urbana contra a ingerência descarada dos EUA na política interna do país. Desse modo, o MAS acabou se convertendo em porta-voz de um amplo mundo popular urbano e mineiro, da classe média e intelectual e dos setores do empresariado progressista, os quais se sentiam asfixiados pelas políticas de ajuste estrutural e humilhados pela permanente intromissão externa nos assuntos bolivianos.

Na legislatura inaugurada em 2002, refletia-se a nova composição de forças representada pelo MAS. De 35 parlamentares (27 deputados e 8 senadores), 8 eram cocaleiros e um ex-minerador e assessor das Seis Federações do Trópico de Cochabamba. A própria estrutura do MAS era a de um agregado de líderes fortemente enraizados em suas bases sindicais ou étnicas, as quais eles haviam dirigido no período insurgente da luta contra o “Plano Dignidade”. Assim, por exemplo, o dirigente da Conselho de Federações Camponesas dos Yungas (COFECAY), Dionicio Núñez, que foi o líder mais lúcido da revolta de junho de 2001, foi eleito deputado pelo distrito eleitoral 20 de La Paz. Os cocaleiros de zonas tanto “tradicionais” como “excedentes” teriam, assim, a opção de debater e até mesmo influenciar as políticas estatais. Comentando a surpreendente vitória eleitoral do MAS, o analista

boliviano residente nos EUA, Eduardo Gamarra, declarou em julho de 2001: “Sem o ‘Plano Dignidade’, Evo Morales talvez não tivesse chegado ao segundo lugar nas eleições”⁴⁸.

Os quatorze meses em que durou o segundo governo de Gonzalo Sánchez de Lozada foram extremamente agitados. Em janeiro de 2003 insurgiram novamente os cocaleiros do Trópico de Cochabamba. A demanda, desta vez, era por uma “pausa” na erradicação, pelo menos até a realização de um estudo do mercado legal que o governo havia prometido como parte de sua nova política da coca. Após quase um mês de bloqueio com onze pessoas mortas nos enfrentamentos, os cocaleros e o governo se reuniram para dialogar em sete grupos de trabalho, nos quais se tratava dos temas da coca, da terra e do gás, enquanto nas ruas eram realizadas massivas vigílias de mulheres e homens das Seis Federações do Trópico de Cochabamba. A formação de um Estado Maior do Povo, com representação de todas as organizações populares e indígenas participantes dos diversos conflitos, viria a articular, assim, um nível de liderança coletiva com presença tanto nas ruas como no Parlamento. Contudo, uma revolta urbana de violência inédita acabou interrompendo o processo de negociação. Em 12 e 13 de fevereiro, eclodiu em La Paz um motim policial pelo “impuestazo” de janeiro: um decreto que elevaria os impostos sobre o salário em mais de 15%. Militares e policiais se enfrentaram na praça Murillo, o que levou a um saldo de mais de 30 mortos. O chamado “fevereiro negro” ficou na consciência pública como a ruptura interna mais séria do Estado do 52 (Estado neoliberal formado na Bolívia com a revolução de 1952), o ecoar de sua crise definitiva. A agenda cocaleira, porém, passou ao segundo plano em um contexto no qual a negociação de gás natural tinha preferência em razão da venda do produto para a Califórnia, por intermédio de um porto

⁴⁸ GAMARRA, E. *Pulso*, La Paz, p. 12, 19-25, jul. 2002.

chileno. Uma série de conflitos setoriais e locais – a marcha dos aposentados contra a lei das aposentadorias, a greve cívica do El Alto contra os formulários Maya e Paya impostos pela Prefeitura (para recadastramento da população com vista à cobrança de impostos) – e a violenta repressão a um bloqueio aimará nas cidades de Achacachi e Warisata culminaram na rebelião geral de outubro, conhecida como a “guerra do gás”.

Nessa nova fase de mobilizações, o MAS e os cocaleiros passaram a segundo plano, dado o caráter descentralizado e comunitário da liderança de El Alto. A elevada participação de mulheres e jovens dava à mobilização um tom ético insubornável e coletivo que nenhum partido político conseguira representar com plenitude. Embora Felipe Quispe tivesse iniciado uma greve de fome em El Alto, em 11 de setembro, acompanhando o movimento da região e colocando-se como um vínculo rural-urbano, ele o fez mais como um líder máximo da CSUTCB do que como dirigente do Movimento Indígena Pachakuti (MIP), partido que havia mergulhado em uma forte crise interna no Parlamento. A esses atores se somaram os cooperativistas mineiros, as companhias devedoras a entidades de microcrédito, o movimento dos Sem-Terra e as organizações indígenas como o CONAMAQ e a CIDOB. O perfil dessa articulação de interesses a situava diretamente nos movimentos antiglobalização e de crítica às políticas de ajuste estrutural, demonstrando, na prática, o fracasso do neoliberalismo e a falácia de suas promessas de emprego, bem-estar e redistribuição via mercado. Com exceção do mercado da coca, praticamente todos outros mercados para os produtos agropecuários dos camponeses haviam se reduzido, sucumbindo à concorrência do contrabando e das doações de alimentos. É por isso que, na revolta de outubro de 2003, a presença cocaleira foi quase imperceptível. Enquanto Evo Morales estava em viagem ao exterior, regiões como os Yungas se mobilizaram por demandas setoriais e os dirigentes do MAS

no Trópico de Cochabamba assumiram a agenda do gás como a mais prioritária. Cabe ressaltar, contudo, que o líder cocaleiro foi capaz de capitalizar a agenda de outubro, convertendo-a na base de sua nova proposta eleitoral: nacionalização do gás e dos hidrocarbonetos, realização de uma Assembleia Constituinte, redistribuição da terra, defesa da coca e luta contra a corrupção.

A vitória eleitoral do MAS, em dezembro de 2005, sustentou-se nessa sólida trajetória de acúmulo de projetos políticos e articulação de agendas, na qual a coca passou a ser mais um ponto em um programa mais amplo de “defesa dos recursos naturais”. Era, em certa medida, um ponto secundário, dada a prioridade dos outros pontos e o fato de que ser do governo significava, obrigatoriamente, ter de negociar com a embaixada norte-americana e tolerar pressões exercidas por ela.

7 CONCLUSÃO: A POLÍTICA DA COCA DE EVO MORALES

Só podem ser esboçados aqui alguns dos desafios e paradoxos que enfrenta a política de governo de Evo Morales em relação à folha de coca. As pressões e imposições cada vez mais explícitas para a erradicação dos mercados legais – apesar do ocorrido em Sacaba no início de 2003 – estão empurrando o governo para uma atitude de desobediência civil cada vez mais colérica diante da ONU e dos Estados Unidos. Essa postura não deixa de contar com a simpatia de vários países da Europa e da América Latina. Nesse âmbito, o governo de Evo Morales definiu uma “Estratégia de luta contra o narcotráfico e revalorização da folha de coca”⁴⁹, que resume uma política soberana e bem informada sobre as

⁴⁹ REPÚBLICA DE BOLÍVIA. *Estrategia de lucha contra el narcotráfico y revalorización de la hoja de coca*. Notas, 2006.

implicações da erradicação da coca e a necessidade paralela de ampliar o mercado de usos lícitos para oferecer um espaço alternativo para a produção existente. Nesse documento, adota-se, também, uma redefinição da área da “coca legal”, que passa de 12 mil para 20 mil ha, reduzindo, segundo dados da própria ONU, o nível de coca “excedente” para 6 mil ha. Diante dessa produção, adota-se um plano de erradicação “coordenada” entre os sindicatos cocaleiros e as brigadas da força pública.

Mas há também uma dimensão de ambiguidade e conflito entre as iniciativas da sociedade civil e as do governo. Esses conflitos encenam, no plano local, as pressões do aparelho colonial da luta antidrogas, a resistência ativa e cotidiana dos produtores de coca e a postura – nem sempre coerente – do governo. Contudo, há na estratégia governamental uma alternativa radical àquela contida no Relatório da Comissão de Estudo das Folhas de Coca das Nações Unidas, de 1950, e na Convenção Única de Entorpecentes, de 1961. A vontade do governo em ampliar o mercado legal para a folha e revalorizar seu uso abre uma perspectiva nova para o dilema da coca excedente. Se o governo prosseguir com sua intenção de exigir a retirada da folha de coca da Lista 1 de substâncias proibidas pela ONU (1961) e de abrir mercados legais externos, inclusive em países “dissidentes” como a Venezuela e Cuba, além dos já existentes no norte da Argentina e do Chile, logo não restará coca excedente alguma para a economia ilícita.

Apesar da explícita negativa dos Estados Unidos em até mesmo discutir essa proposta alternativa, os mecanismos de pressão norte-americanos não conseguiram até o momento reverter o processo. Ainda que muito lentamente, já estão sendo desenvolvidas propostas de industrialização em pequena escala, assim como certa atividade de exportação para países da América Latina e da Europa. Assim, começa a se mostrar que a vontade estatal de abrir mercados e industrializar a coca vai mais além da

retórica. E tudo isso explica o tom agressivo das Nações Unidas e da embaixada norte-americana diante da política do governo. De um lado, está a postura da JIFE e da ONU contra a folha, o que, por sua vez, traduz-se no ultimato e na ameaça da embaixada dos Estados Unidos de descredenciar o governo de Evo Morales⁵⁰. O tom dessas declarações revela um retrocesso da Convenção de 1988 – mais tolerante em relação aos usos tradicionais da coca – à Convenção Única de Entorpecentes de 1961, que dava um prazo de 25 anos para que a Bolívia desse fim ao *akhulliku*.

Cabe ressaltar que, até o momento, o mecanismo de (o) pressão mais rígida exercido pelo governo norte-americano é o cancelamento dos benefícios do Andean Trade Preferences and Drug Erradication Agreement (ATPDEA) se o país não obedecer a um plano drástico de erradicação da coca excedente. A suspensão do ATPDEA é também um mecanismo de chantagem para obrigar o país a firmar o Tratado de Livre Comércio (TLC). As continuidades impostas externamente e os esforços, propostas e expectativas de mudança que tanto o governo como a sociedade civil almejam e desenvolvem configuram um panorama complexo, que aqui apenas foi esboçado, mais como uma agenda de pesquisa futura do que como um produto acabado. Conhecer o inimigo nos permitirá evitar frustrações e desenvolver iniciativas político-culturais viáveis nas quais os atores sociais envolvidos no grande mercado interno e internacional da folha de coca possam legalizar e ampliar a sua atividade, bem como enfrentar com êxito a conspiração que as transnacionais e suas agências seguramente farão contra a Bolívia. Avaliar as ações do governo e nossas próprias potencialidades nos ajudará a gerar uma agenda comum de descriminalização, valorização e promoção dos usos ilícitos da folha de coca interna e internacionalmente.

⁵⁰ LA PRENSA. La Paz, 2-3 mar. 2007.

Um sinal de esperança nesse sentido consiste no surgimento de novos mercados e na diversificação dos usos lícitos e benéficos da folha de coca, que tem se intensificado nos últimos anos. Em junho de 2003, foi realizado o primeiro “Festival da Coca, Soberania e Direitos Humanos” em Asunta (Sul Yungas de La Paz). Desde então, têm sido realizadas várias Feiras da Coca e Soberania – El Alto, em outubro de 2004; La Paz, em outubro de 2005 e em fevereiro e outubro de 2006; Sucre, em abril de 2007 – com seminários, concertos e debates públicos que vêm permitindo ampliar a visibilidade e legitimidade pública da coca⁵¹. Por fim, a folha de coca vem integrando plenamente os debates acadêmicos e políticos da sociedade civil e as comissões de trabalho da Assembleia Constituinte. Da crescente articulação entre as iniciativas da sociedade civil e as do governo poderá emergir uma abordagem política lúcida para resistir à conspiração das transnacionais e desenvolver as ações necessárias para a descriminalização interna e internacional da nossa planta sagrada.

An indigenous commodity and its paradoxes: the coca leaf in times of globalization

Abstract: The social mobilization process that started in the 2000s had several sectors of the Bolivian indigenous peasantry as leading actors. This process culminated in the election of coca grower Evo Morales, an Aymara native, as the first indigenous president in the Americas. This marked an end to over 20 years of non-transparent parliamentary agreements and splitting of the state apparatus among the neoliberal and populist native political parties. However, imperialist interests involving pharmaceutical

⁵¹ Cf. COCASOBERANIA. Disponível em: <www.cocasoberania.org>. Acesso em: 13 dez. 2011.

and multinational corporations, among others, have succeeded in creating a repressive apparatus against the coca leaf based on the abstract and hypocritical argument that they are acting in defense of public health in the consumer countries. On the other end, however, coca growers resist such an unequal war. Coca growers, distributors, and consumers have been leading actors in the Bolivian indigenous modernity, particularly focused on the long-lasting domestic market as a scenario of empowering processes, historical-cultural initiative, and decolonization. As most Bolivian people are part of this market, their resistance is not limited to struggling against the eradication of coca growing areas, but most importantly against market controls and prohibitions and the stigma associated with coca leaf consumption. Such disputes set the conflicting scenario for the current government, and this study aims to provide an in-depth historical understanding of it.

Keywords: Social movement in Bolivia. Indigenous peasantry. Coca leaf. Decolonization.

REFERÊNCIAS

ANTEZANA, Osvaldo. *Pulso*, Bolívia, 11, p. 2-8 nov. 2001.

APPADURAI, A. (Ed.) *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. [1986], 2000.

BRASIL. Decreto n. 54.216, de 27 de agosto de 1964 (versão). *Diário Oficial da União*, 1º set. 1964, p. 7.801. Disponível em: <www2.mre.gov.br/dai/entorpe.htm>. Acesso em: 13 dez. 2011.

CARTER, W.; MAMANI, M. *Coca en Bolivia*. La Paz: Juventud, 1986.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN E INFORMACIÓN BOLIVIA (CEDIB). *Coca: cronología: Bolivia 1986-1992*. Cochabamba: ILDIS-CEDIB. 1992.

COCASOBERANIA. Disponível em: <www.cocasoberania.org>. Acesso em: 13 mar. 2012.

CONTRERAS B. A. *La marcha histórica*. Cochabamba: CEDIB, 1994.

DE KORT, M. Doctors, diplomats and businessmen: conflicting interests in the Netherlands and Dutch East Indies In: GOOTENBERG, P. (Ed.). *Cocaine: global histories*. Londres; New York: Routledge. 1999.

DIRETORIA DE RECONVERSÃO DA COCA (DIRECO), 2001.

EVO erradicado. *Pulso*, Bolívia.

FERNÁNDEZ T. N. *La coca boliviana: maravillosas propiedades y cuaidades de la coca: opiniones de prestigiosos médicos y naturalistas acerca de la planta sagrada de los Incas del Perú*. La Paz: Editorial América, 1932.

FRIMAN, R. Germany and the transformations of cocaine. In: GOOTENBERG, P. (Ed.). *Cocaine: global histories*. Londres; New York: Routledge. 1999.

GAMARRA, E. *Pulso*, Bolívia, 19-25, jul. 2002.

GLAVE, L. M. *Trajinantes: caminos indígenas en la sociedad colonial: siglos XVI-XVII*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1989.

GÓMEZ, L. *El Alto de pie: una insurrección aymara en Bolivia*. La Paz: H de P: Comuna e Indymedia, 2004.

GOOTENBERG, P. Introduction: cocaine: the hidden histories. In: _____ (Ed.). *Cocaine: global histories*. Londres; New York: Routledge. 1999a.

GOOTENBERG, P. Reluctance or resistance?: constructing cocaine (prohibitions) in Perú. In: _____ (Ed.). *Cocaine: global histories*. Londres; New York: Routledge, 1999b.

HUANCA, B. *Los Yungas contraatacan: la expulsión de la Fuerza de Tarea Conjunta*. La Paz: La Voz de la Cuneta, 2001.

JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES (JIFE). *La Prensa*, La Paz, 3 mar. 2007.

KARCH, S. B., Japan and the cocaine industry of Southeast Asia: 1864-1944. In: GOOTENBERG, P. (Ed.). *Cocaine: global histories*. Londres; Nueva York; Routledge, 1999.

KENNEDY, J. *Coca exotica: the illustrated story of cocaine*. New York: Cornwall, 1985.

LA PRENSA, La Paz, 2-3 mar. 2007.

MAMANI RAMÍREZ, P. *El rugir de las multitudes: la fuerza de los levantamientos indígenas en Bolivia-Qullasuyu*. La Paz: Aruwiwiri-Yachaywasi, 2004.

MARIANI, A. The Mariani álbum. In: ANDREWS, G.; SOLOMON, D. (Sel.). *The coca leaf and cocaine papers*. Nueva York: Londres: Harcourt Brace Jovanovich [1884-1913], 1975.

MENDOZA PIZARRO, J. La verdadera historia del descubrimiento de la cocaína. *Revista Unitas*, n. 11, set. 1993.

ORDUNA, Victor. La enfermedad de la coca cero. *Pulso*, 18-24 jan. 2002.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Convención de las Naciones Unidas contra el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas. 1988. Disponible em: <www.incb.org/pdf/sl.../convention_1988_es.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Convención Única sobre Estupefacientes de la ONU*. 1961. Disponible em: <www.unodc.org/pdf/convention_1961_es.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

PULSO. La Paz, 25-31 jan. 2002.

REENS, E. Java coca: an historical, botanical, chemical and pharmacological treatise. In: KARCH S. B. (Ed.) *A history of cocaine: the mystery of coca java and the kew plant*. Londres. The Royal Society of Medicine Press, [1919], 2003.

REPÚBLICA DE BOLÍVIA. *Código penal, ley 1.008, ley de ejecución de penas*. La Paz, s.p.i. s.f., 19 jul. 1988. Disponível em: <www.iadb.org/.../leyn/.../Bol-Ley1008-88-Coca>. Acesso em: 13 dez. 2011.

REPÚBLICA DE BOLÍVIA. Decreto Supremo n. 24.963, de 20 de fevereiro de 1998. *Gaceta Oficial*, 16 mar. 1998.

REPÚBLICA DE BOLÍVIA. *Estrategia de lucha contra el narcotráfico y revalorización de la hoja de coca*. Notas, 2006.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Las fronteras de la coca: epistemologías coloniales y circuitos alternativos de la hoja de coca: el caso de la frontera boliviano-argentina*. La Paz: IDIS-Aruwiyiri, 2003.

ROMANO, R. Alrededor de dos falsas ecuaciones: coca buena = cocaína buena; cocaína mala = coca malaem. *Allpanchis*, Cusco, n. 19, p. 237-252, 1982.

SOUX, M. L. *La coca liberal: producción y circulación a principios del siglo XX*. La Paz: CID-Misión de Cooperación Técnica Holandesa-Cocayapu, 1993.

SPILLANE, J. F. Making a modern drug: the manufacture, sale and control of cocaine in the United States. In: GOOTENBERG, P. (Ed.). *Cocaine: global histories*. Londres: Nueva York: Routledge, 1999.

THOMSON, S. *Cuando sólo reinasen los indios: la política aymara en la era de la insurgencia*. La Paz: Muela del Diablo-Aruwiyiri, 2006.

WALGER, Th. Coca: its history, geographic distribution and economic significance. In: KARCH S. B. (Ed.) *A history of cocaine: the mystery of coca java and the kew plant*. Londres: The Royal Society of Medicine Press, [1917], 2003.

Enviado em 1º de abril de 2011.

Aceito em 2 de junho de 2011.

